

CÂMARA SETORIAL – UVA E VINHO

Memória de Reunião

Local: via Microsoft TEAMS

Data: 25/02/2021

Hora: 10h00

A reunião virtual realizada no vigésimo quinto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, contou com a presença dos seguintes membros ou convidados:

- | | |
|---|-------------------------------|
| 1) Fabio Ferracini | 10) Ricardo Baldo |
| 2) Ana Paula (ESP) | 11) Vanderlei (ABBA) |
| 3) Aparecida Henrique | 12) Fabrizia |
| 4) Eduardo Camargo –
CODEAGRO/SAA-SP | 13) William Triches |
| 5) Fabio Lenk | 14) Adriana Verdi |
| 6) João Dimas | 15) Lena (São Miguel Arcanjo) |
| 7) Marcelo Motta | 16) Filipr |
| 8) Rafael Mingoti | 17) Guilherme Araújo |
| 9) Raquel Salgado | 18) Ariana Sgarioni, |
| | 19) Adriana Lemos |

Pauta:

Os presentes se debruçaram para dialogo e deliberação em torno da seguinte pauta:

- 1) Apresentação das ações do GT de Legislação
- 2) Nova Lei Federal da Uva e Vinho
- 3) Assuntos Gerais

Desenvolvimento da Pauta:

O presidente da Câmara Setorial da Uva e Vinho, o Sr. Fábio Ferracini, abriu a reunião agradecendo a presença de todos, sobretudo, pela relevância dos assuntos colocados em pauta. Para o presidente os assuntos elencados são de suma importância para o desenvolvimento da cadeia produtiva com um todo no Estado de São Paulo e no país.

Assim, reforçando os agradecimentos de presença o presidente passou a palavra para apresentação relacionada ao primeiro ponto de pauta.

- 1) O Sr. Marcelo Motta iniciou sua apresentação colocando aos presentes a perspectiva histórica da regulação legal da cadeia produtiva. Explanando também as ações anteriores 1988, ano no qual se promulga a lei brasileira do vinho.

O Sr. Marcelo Motta pontuou, também, que o trabalho realizado pelo GT de legislação levou o levantamento histórico legal para estruturar uma nova legislação, qual seja, mais moderna, simples e ágil. Para o Estado possui uma presença muito forte sobre a atividade. Há, portanto, a necessidade de torná-la mais autônoma e autorreguladora, ressaltando, que ainda há na nova proposta de lei aspectos meramente burocráticos. Outros, ainda segundo o Sr. Motta, necessitam de revisões mais acuidosas, tais como, a padronização e classificação do setor. Para ele, a definição do que se considera um pequeno produtor (ainda muito ligado ao PRONAF) se faz de muita importância, por exemplo.

Finalizando sua apresentação pontuou aos presentes que no campo do direito econômico, há de se buscar a flexibilidade para que os negócios não tenham forte dependência com o Estado, mas ser gerar insegurança jurídica para os agentes econômicos.

O presidente tomou a palavra, agradecendo a apresentação e ratificando aos presentes a importância do setor se voltar a entender a nova proposta de lei federal, a fim de promover um desenvolvimento potente e produtivo para todos os elos da cadeia, passando assim para o próximo ponto de pauta.

- 2) Neste momento o presidente deu a palavra para a Sra. Ariana Sgarioni, a qual colocou aos presentes que a nova lei federal, que regulará a cadeia produtiva, está sendo construída de forma democrática, tanto que essa está em apreciação dos atores da cadeia em diferentes regiões do país. Para ela, é importante a cadeia paulista se debruçar em compreender como as questões tangentes ao produtor de São Paulo estão colocadas na lei, pois, há especificidades.

Questões como produtor colonial para ela são complexas e precisam ser analisadas e discutidas com acuidade. Assim como, importação de uva e mosto para o processamento que necessidade de consenso em torno da proteção da indústria e do produtor.

Neste momento, também ratificou a fala do Sr. Marcelo Motta acerca da autorregulação que acredita ser de suma importância para o bom desenvolvimento da cadeia.

A Sra. Adriana Verdi colocou que a autorregulamentação é importante pois, contempla a representatividade do território paulista e a governança dos processos. Ratificou, também, a atenção necessária as questões que envolvem a produção do vinho colonial da pequena produção vitivinícola paulista.

O presidente agradeceu as colocações, afirmando a importância da união do setor para formatação e revisão da nova proposta de lei. Deste modo, convidou os presentes a lerem a minuta novamente para pontuarem as questões que julgam relevantes e precisam ser debatidas. Este informou que as indicações sugestões deverão ser enviadas ao órgão competente do MAPA até 05 de maio de 2021, para que sejam internalizadas ao texto final.

Finalizando este ponto de pauta, o presidente solicitou que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo colaborasse com a sensibilização do Ministério frente aos pontos pertinentes ao Estado. O Sr. Eduardo Camargo se colocou a disposição para a referida interlocução de sensibilização.

- 3) No último ponto de pauta desta reunião o presidente manifestou o interesse do setor em retomar as tratativas para construção da ETEC em Jundiaí voltada para formação tecnológica em vitivinicultura. O Sr. Eduardo Camargo se predispôs a colaborar com esta retomada uma vez que ações voltadas a parcerias público-privada são importantes para geração de emprego, formação educacional e desenvolvimento do Estado.

O presidente agradeceu a prontidão ao atendimento a solicitação, reforçando também o agradecimento pela presença e todos e deu por encerrada a reunião.

Encaminhamentos:

- 1) Agendar reunião extraordinária para discussão em torno da minuta da lei federal de regulação do setor vitivinícola – Data: 25/03/2021 às 10h
- 2) (Re)Encaminhar a minuta para os membros até 18/03/2021